



PERCEÇÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA SOBRE A RELAÇÃO DA AUTOAVALIAÇÃO E PLANEJAMENTO EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Gisele Seabra Abraham

Doutoranda em Administração

Centro Universitário do Estado do Pará – CESUPA, gisele.abraham@cesupa.br

Elza Ezilda Valente Dantas

Doutora em Educação

Centro Universitário do Estado do Pará – CESUPA, elzadantas@cesupa.br

Tatiana Maira Thomaz Araújo Cohen

Mestranda em Administração

Centro Universitário do Estado do Pará – CESUPA, tatiana.araujo@cesupa.br

Resumo

O objetivo deste artigo consiste em analisar a percepção da comunidade acadêmica sobre autoavaliação e planejamento em uma instituição de ensino superior. Os participantes da pesquisa somam 3.238 respondentes, sendo 2.961 alunos, 233 professores e 44 gestores e pesquisa documental dos planos de ação elaborados com base nos resultados da autoavaliação. A metaavaliação realizada demonstrou evidências, tanto na abordagem quantitativa quanto qualitativa, que a comunidade reconhece a evolução do trabalho desenvolvido para aproximar as funções avaliativa e de planejamento. O compromisso com e a experiência em gestão tem se mostrado essencial para a formação e execução de ações decorrentes de diagnósticos feitos pela CPA. Assim, torna-se cada vez mais processual e não episódica a aderência entre resultados da autoavaliação e a tomada de decisão, seja ou não por meio da elaboração de um plano.

Palavras-Chave: Autoavaliação Institucional. Planejamento. CPA.

1. INTRODUÇÃO

A autoavaliação institucional interna conduzida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) nas instituições de ensino superior (IES), desde 2004, moldou-se a partir dos princípios do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), do início da década de 90, a luz da concepção formativa/emancipatória de autorregulação (BARREYRO; ROTHEN, 2006). A autoavaliação tem como finalidade diagnosticar as fragilidades e fortalezas de uma instituição para consubstanciar tomada de decisão que resulte em melhoria e desenvolvimento institucional, dentro de uma perspectiva formativa transformadora da realidade (DIAS SOBRINHO, 2003). Portanto, a avaliação interna torna-se capaz de estimular a formação de estratégias para as instituições de ensino.

Entretanto, 83% das instituições públicas e 73% das instituições de ensino superior provadas (IESP) não efetivam ações de melhoria da gestão institucional a partir dos resultados da autoavaliação e 63% das instituições não entrelaçam tais resultados ao planejamento (INEP, 2011). Diante disso, o objetivo deste artigo consiste em analisar a percepção da comunidade acadêmica sobre autoavaliação e planejamento em uma instituição de ensino superior, mais especificamente no Centro Universitário do Estado do Pará – CESUPA.

Reconhecer como alunos, professores, coordenadores de curso e, sobretudo, gestores percebem a relação entre as funções avaliativa e planejamento pode contribuir para o



desenvolvimento de novas ações de sensibilização voltadas aqueles que podem tomar os resultados das pesquisas para implementação de melhorias.

Para o alcance desse objetivo foram aplicados questionários em ambiente online junto a 3.238 respondentes, sendo 2.961 alunos (73% dos alunos), 233 professores (73% dos professores) e 44 gestores (71% dos gestores), no ano de 2015. Ao longo de 2016 até março de 2017, foi realizada pesquisa documental, com a consulta dos planos de ação elaborados com base nos resultados da autoavaliação a fim de verificar a relação entre resultados da autoavaliação, planos e implementação de melhorias. Destaque-se que o questionário aplicado adotou escala de seis pontos, com possibilidade de resposta de concordo totalmente (6) até discordo totalmente (1).

2. AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), cuja finalidade é melhorar a qualidade da educação da educação superior, orientar a expansão de sua oferta, aumentar a eficácia institucional e a efetividade acadêmica e social em prol das responsabilidades sociais das instituições da educação superior (BRASIL, 2004), reuniu três modalidades avaliativas: a) a avaliação externa e interna das instituições; avaliação dos cursos de graduação; e avaliação do desempenho dos estudantes (BRASIL, 2004).

A legitimidade da avaliação interna ou autoavaliação é forjada pela participação dos segmentos que compõem a instituição, pois o “grau de envolvimento dos seus atores: docentes, discentes e funcionários técnico-administrativos conduz a dinâmica do processo em questão e o caracteriza como participativo” (POLIDORI; FONSECA; LARROSA, 2007, p. 75).

A concepção de avaliação institucional do CESUPA é bem anterior a institucionalização da CPA pelo órgão regulador. Inspirado nas contribuições de Isaura Belloni (2011), Dias Sobrinho (2003; 2008); Denise Leite (2000); Dias Sobrinho e Dilvo Ristoff (2002) parte do entendimento da avaliação institucional como olhar crítico e propositivo para a totalidade da instituição, prática esta imbuída de valor e múltiplas significações, viabilizada por meio da participação ativa e reflexiva dos agentes institucionais.

Dessa forma, a concepção participativo-emancipatória é seu bem maior, pois busca a partir da análise crítica, reflexiva da comunidade, o autoconhecimento e a autorregulação como formas impulsionadoras para a melhoria e o aperfeiçoamento dos valores afirmados no projeto institucional. Nesse sentido, Leite (2000, p. 25) afirma que a avaliação institucional deveria ser baseada no tríplice objetivo: “i) melhorar a qualidade da educação superior, ii) melhorar a gestão universitária e iii) prestar contas a sociedade”.

A tomada de decisão subsidiada pelos resultados da autoavaliação “é a ação inerente à avaliação consequente”, pois o autoconhecimento permite “generalizar o sucesso”, bem como “modificar radicalmente o que funciona mal ou com baixa qualidade, e elaborar alternativas para a introdução de novos caminhos” (BELLONI, 1996, 23).

Para alcançar e dar conta desses objetivos é importante destacar que o acompanhamento, o controle e a visibilidade dos processos se tornem afinados e regulados, contribuindo assim, para que a avaliação assuma sua função transformadora e formativa, possibilitando o ajuste de rotas identificadas e o atingimento dos propósitos da instituição.

Nesse percurso, o valor que se atribui ao que foi diagnosticado, percebido, sentido, ganha contornos específicos a partir das inflexões e reflexões geradas na complexidade da instituição, assumindo-se com significados e sentidos diversos que devem convergir para os propósitos do



projeto. Esse pensamento é confirmado por Dias Sobrinho (2003, p. 24) ao dizer que o “valor dota a avaliação de uma função ativa. Ela não se restringe somente a descrever os resultados obtidos, mas passa a avaliar contextos, entradas, processos, condições de produção e os elementos finais”.

3. ANÁLISE DOS RESULTADOS

A relação entre planejamento e avaliação no CESUPA vem cada vez mais se acentuando. Torna-se evidente, dentro da própria condução da avaliação interna, pelas ações adotadas de um semestre letivo para o próximo com base nos resultados das pesquisas e nas sugestões dos participantes.

O questionário aplicado buscou levantar a percepção da comunidade sobre as melhorias que foram realizadas no CESUPA nos últimos anos; o reconhecimento da importância da autoavaliação para o desenvolvimento da instituição; a postura de responsabilidade na inserção de informações durante a coleta de dados; e a melhor forma de conhecimento dos resultados a partir da divulgação da autoavaliação.

Os resultados da avaliação que permaneceram abaixo da média referem-se à percepção discente sobre as melhorias do CESUPA nos últimos anos, a avaliação dos docentes sobre a responsabilidade das pessoas ao responder a autoavaliação institucional, bem como a divulgação dos resultados para os docentes e discentes, conforme demonstra a Tabela 01.

TABELA 09 – Percepção institucional sobre Planejamento e Avaliação

Indicadores	Discente	Docente	Gestor	Coordenador
Observo melhorias na instituição nos últimos anos	4,64	5,01	5,14	5,07
Reconheço que a autoavaliação institucional contribui para o desenvolvimento da instituição	4,85	5,19	5,33	5,14
Avalio que as pessoas têm responsabilidade ao responder a autoavaliação institucional	4,92	4,82	5,00	4,62
Conheço os resultados da autoavaliação divulgados na instituição	4,29	5,15	4,67	5,34
Considero que há uma relação direta entre planejamento e avaliação institucional	-	-	4,13	-

Fonte: CPA, 2015.02.

Os discentes identificam algumas melhorias realizadas no CESUPA nos últimos anos, porém se constata que a média de 4,64 está abaixo do esperado, em razão de alguns pontos específicos, como a infraestrutura. Na percepção dos professores (5,01), gestores (5,14) e coordenadores (5,07) a média encontra-se acima do exigível (4,8), ainda que em determinados aspectos o CESUPA precise aprimorar.

Quanto ao questionamento sobre a contribuição da autoavaliação institucional para o desenvolvimento CESUPA, constata-se que a média na percepção dos alunos, professores, gestores e coordenadores estão acima do exigível de 4,8, conforme os seguintes relatos:

Boa ferramenta para que a partir do resultado da coleta de dados a instituição consiga cada vez mais atender às necessidades dos alunos (Relato de um aluno do curso de Administração, 2015.2).

a coordenação tanto do curso quanto da instituição, tem como ver onde estão falhas e corrigi-las (Relato de um aluno do curso de Ciência da Computação, 2015.2).



A autoavaliação ajuda muito a melhorar nos quesitos de docência e aulas, pois os professores atentam as sugestões e críticas dos alunos e vão só melhorando a cada semestre (Relato de um aluno do curso de Comunicação, Publicidade e Propaganda, 2015.2).

Percebemos que a instituição de fato utiliza a avaliação para elaborar seus planos estratégicos, pois as melhorias feitas em minha turma são visíveis e isso se deve à avaliação institucional feita no semestre anterior (Relato de um aluno do curso de Direito, 2015.2).

A autoavaliação é uma maneira de reciclar as opiniões individuais, de modo a melhorar a qualidade da instituição (Relato de um aluno do curso de Fisioterapia, 2015.2).

As melhorias solicitadas estão acontecendo (Relato de Coordenador, 2015.2).

Estes resultados ainda precisam ser trabalhados de forma mais transparente por quem já utiliza e trabalhados efetivamente por outros que ainda engavetam os mesmos, pois especialmente alguns coordenadores de curso, ainda não utilizam estes resultados a favor da gestão (Relato de Gestor, 2015.2).

A autoavaliação permite diálogo entre professores e IES. Assim fazemos nosso check-up, identificamos pontos fortes e melhorias necessárias. (Relato de Professor, 2015.2).

É possível afirmar que a autoavaliação é um processo complexo e exatamente por isso é imperioso que na CPA permaneça um clima harmonioso propício para a colaboração. Nesse sentido, os avanços da CPA perpassam muito mais do que materializado nos relatórios produzidos. A busca pelo deslocamento da função avaliativa do centro da CPA para todas “as partes” da instituição é um exemplo. A metaavaliação realizada demonstrou evidências, tanto na abordagem quantitativa quanto qualitativa, que a comunidade reconhece a evolução do trabalho desenvolvido com base na análise do conteúdo das falas referentes a percepção da contribuição da autoavaliação para a implementação de melhorias no CESUPA. Percebe-se no discurso dos respondentes a autoavaliação representada como oportunidade de diálogo para mudanças e melhorias na IES. Ressalta-se que o terreno ainda mantém espaço para os indivíduos refratários a este mesmo processo, mas isto é salutar e natural em todo movimento como este.

A pesquisa documental com a análise dos planos dos cursos são registros preciosos sobre como esses gestores utilizam os resultados da AAI para a melhoria dos cursos de graduação, apesar de não partirem de um plano. Dentre todos cursos do CESUPA, apenas cinco (35%) relataram melhorias com base nos resultados da autoavaliação institucional (AAI). O status da execução dos planos pode ser visualizado na Tabela 02.

TABELA 02 – Status sobre a execução dos planos de ação dos cursos em 2016

Planejamento de 2016	Qtd	%
Total de Cursos em 2016	14	100%
Planos de ação elaborados para 2016 com resultados AAI 2015	11	78,57%
Cursos sem planejamento em 2016	3	21,42%
Planos de 2016 executados	3	27,27%
Cursos que relataram ações de melhorias em 2016 com base em AAI	5	35,71%
Planejamento de 2017		
Total de Cursos em 2017	13	100%
Planos elaborados para 2017 com resultados AAI 2016	9	69,23%
Cursos sem planejamento para 2017	4	30,76%

Fonte: Planos de Ação dos cursos/CPA, 2016; Relatórios de Atividades dos Cursos, 2016.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS



Ao analisar os dados e resultados apresentados nota-se que é preciso construir sólidas pontes entre as funções avaliar e planejar, vinculando-as indelevelmente às práticas institucionais, portanto, parte das rotinas, sem restringir-se ao voluntarismo coletivo (MINTZBERG, 2004), cuja permissividade pode distanciar as ações dos objetivos e finalidades da autoavaliação, por tornarem-se pontuais e, por vezes descontínuas. Ressalta-se que essas finalidades se concentram no autoconhecimento, na autorregulação e na tomada de decisões. Portanto, sua razão de ser é aperfeiçoar a instituição intrinsecamente (BELLONI, 1996).

O fraco elo entre as funções supramencionadas (avaliar e planejar) corrompe o projeto da autoavaliação. Contudo, de outro lado, o simples ato de submeter um plano, mesmo que com base nos resultados demonstrados pela CPA, para apreciação das partes interessadas não avaliza a efetiva entrega da mudança e transformação que o CESUPA precisa, pois parece que as pessoas estão a cumprir uma mera formalidade, necessitando assim, cada ator institucional assumir a responsabilidade por novas posturas e atitudes em favor da evolução da instituição. Assim, acreditar na relação causal entre planejamento e comprometimento pode ser ingenuidade, sendo esta uma das armadilhas do planejamento (MINTZBERG, 2004).

Uma forte evidência que corrobora este pressuposto é o fato de que somente três (27,27%) dos 11 planos de ação elaborados em 2016 foram implementados. Tratam-se das ações implementadas pelos cursos de Engenharia de Produção, Farmácia e Fisioterapia. As demais ações de melhorias implementadas em 2016, com base nos resultados da autoavaliação foram criadas e aplicadas como estratégias emergentes das coordenações, ou seja, as pessoas realizaram ações sem um plano anterior. Diante desta evidência, questiona-se o que leva a esta prática de engavetamento de planos? Por que o anunciado fica apenas no registro? São questionamentos como estes que devem alimentar as reflexões coletivas em especial do grupo de gestores, sem invalidar os esforços feitos para além do que foi anunciado.

Cumulativamente, a gestão recebe dados e informações por meio dos relatórios da CPA. Gradativamente esses gestores vão atribuindo sentido aos resultados e decidem adotar novas atividades, com base nos acertos durante o caminho. Assim, pode-se considerar que tais ações são fruto da autoavaliação, mesmo sem a formalização de um plano em específico, pois a falta de um plano não invalida intenções estratégicas e exatamente por isso que as ações realizadas durante o ano de 2016 pelos gestores da IES, sobretudo aqueles ligados às coordenações de curso.

Contudo, os avanços apresentados representam grandes conquistas enquanto os desafios presentes, como anteriormente anunciado, estimulam a ação e dão ímpeto para a renovação e afirmação dos valores intrínsecos ao Projeto de Autoavaliação do CESUPA. Nesse sentido, a CPA assumiu, em 2016, projetos-chave com o compromisso de implementar novas práticas, que aumentem a confiança da pesquisa e simplifiquem a apresentação e divulgação dos resultados, que serão cada vez mais consultados para a tomada de decisões. Dessa maneira, concretiza-se a visão da comissão em tornar-se o principal agente de melhorias da instituição.

5. REFERÊNCIAS

BARREYRO, Gladys Beatriz; ROTHEN, José Carlos. **SINAES contraditórios**: considerações sobre a elaboração e implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 955-977, out. 2006.



BELLONI, Isaura. “**Avaliação da Universidade**: por uma proposta de avaliação conseqüente e compromissada política e cientificamente” In: FÁVERO, Maria de Lourdes. “A questão da Universidade”. Coleção Polêmicas do Nosso Tempo. São Paulo: Cortez, 1989, p. 59.

BELLONI, Isaura *et.al.* **Avaliação Institucional da Universidade de Brasília**. In: DIAS SOBRINHO, J; BALZAN, N. C. (Orgs). **Avaliação Institucional**: teoria e experiências. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. Lei 10.861, de 14/4/2004. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior** – SINAES e dá outras Providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 abr. 2004.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação educativa**: produção de Sentidos com valor de formação. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 1, p. 193-207, mar. 2008. Disponível em: www.scielo.br/pdf/aval/v13n1/a11v13n1.pdf. Acessado em junho/2015.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação**: políticas educacionais e reformas da educação superior. São Paulo Cortez, 2003.

DIAS SOBRINHO, José. RISTOFF, Dilvo. (orgs). **Avaliação Democrática**: por uma universidade cidadã. Florianópolis: Insular, 2002.

LEITE, Denise (Org). **Avaliação e compromisso**: construção e prática da avaliação institucional em uma universidade pública. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

MINTZBERG, H. **Ascensão e queda do planejamento estratégico**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

POLIDORI, Marlis Morosini; MARINHO-ARAÚJO, Claisy; BARREYRO, Gladys Beatriz. SINAES: perspectivas e desafios na avaliação da educação superior brasileira. Ensaio: aval. Pol.públ.educ. vol. 14. n. 53. Rio de Janeiro. out/dez, 2006.